

MOBILIZAÇÃO

Moradores de ocupações irregulares criam um movimento para pressionar autoridades e tentar acelerar a regularização fundiária

Mais uma entidade em defesa dos condomínios

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

A mobilização popular é o único caminho para regularizar as ocupações ilegais do Distrito Federal. Essa é a convicção de moradores de parcelamentos, que ontem se reuniram para lançar o Movimento Popular em Defesa dos Condomínios. Líderes comunitários, síndicos e moradores debateram os caminhos necessários para a regularização fundiária e a obtenção da escritura definitiva dos terrenos. O encontro, que teve a participação de cerca de 150 pessoas, ocorreu no Instituto Israel Pinheiro, no Lago Sul.

A população de diferentes regiões como Vicente Pires, Sobradinho e Jardim Botânico aproveitaram a oportunidade para reclamar da morosidade dos processos de regularização. Os moradores de parcelamentos reclamam que ainda encontram dificuldades para negociar com o governo e querem receber as escrituras das terras antes das eleições do ano que vem.

A síndica do condomínio Estâncias Jardim Botânico e representante do movimento Morar Legal, Elizabeth Bastos, lembrou que a pressão da população é a única forma de acelerar os processos. Ela entregou fichas aos participantes para criar fóruns de discussão na internet. "Precisamos criar agentes mobilizadores em cada comunidade. Esse movimento serve para aglutinar todos aqueles que lutam pela regularização. Se precisar ir às ruas, faremos isso juntos", defendeu Elizabeth.

Por infra-estrutura

O Movimento Popular em Defesa dos Condomínios será formado por um conselho com 13 membros. Haverá representantes de bairros como Arapoanga, Grande Colorado, São Bartolomeu, Jardim Botânico, Tororó, Vicente Pires e Nova Colina. Os líderes também pretendem trabalhar com agentes mobilizadores dentro do condomínio. Dependendo do tamanho do parcelamento, cada um terá de dois a dez representantes.

A cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nas áreas irregulares também entrou na pauta de discussões. Moradores indignados com o pagamento do tributo exigiram que o assunto faça parte dos debates do novo movimento. Os moradores de condomínios querem que o governo invista em infra-estrutura e saneamento nas regiões onde há parcelamentos, como contrapartida à cobrança do imposto.

O presidente da Associação de Moradores do Bairro São Bartolomeu, Jorge Mattos, lembrou que

Edilson Rodrigues/CB



LÍDERES DO MOVIMENTO TÊM UM TRUNFO: ELES REPRESENTAM MAIS DE 500 MIL PESSOAS, 25% DA POPULAÇÃO DO DF

a mobilização da comunidade já deu várias vitórias à população dos condomínios. Ele cita, entre outras conquistas, a criação da região administrativa do Jardim Botânico, que aumentou a proximidade entre os moradores e o governo. Jorge Mattos critica, entretanto, a lentidão da regularização. "Existem mais de 150 condomínios, como o Quintas da Alvorada, no Jardim Botânico, que estão prontos para serem regularizados, mas o processo não anda", reclama Jorge Mattos.

"Barganha política"

Os líderes do novo movimento lembraram que a comunidade dos condomínios tem mais de 500 mil pessoas, o que representa 25% da população de todo o Distrito Federal. Apesar de líderes do movimento afirmarem que a iniciativa é apartidária, os deputados distritais Ivelise Longhi e Pedro Passos participaram do en-

contro. E questões políticas não ficaram de fora das primeiras discussões do Movimento Popular em Defesa dos Condomínios. "Temos força para eleger pelo menos quatro deputados distritais, dois federais e até influenciar o resultado da eleição para governador", lembrou o síndico do condomínio Entre Lagos, Adilson Barreto.

A presidente da União dos Condomínios Horizontais (Única), Júnia Bittencourt, participou da reunião e elogiou a iniciativa de unir entidades representativas de moradores de parcelamentos, mas criticou o que chama de "barganha política". Ela é contra a negociação de favores para as comunidades em troca de promessas de voto. "Pensar nas eleições não deve ser nossa prioridade. Temos que pensar primeiro em resolver as questões fundiárias para, em seguida, pleitearmos os projetos urbanísticos", defende Júnia.

TEM BENZENO?

A Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) deve divulgar hoje o resultado de 199 exames toxicológicos realizados com alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste. A contraprova dos levantamentos realizados pela Universidade de Brasília (UnB), divulgada na última sexta-feira, indicou contaminação por benzeno em quatro das 11 amostras recolhidas. Até o final da semana, técnicos da instituição devem voltar ao Lago Oeste para refazer os exames e avaliar mais uma vez se há benzeno na região.